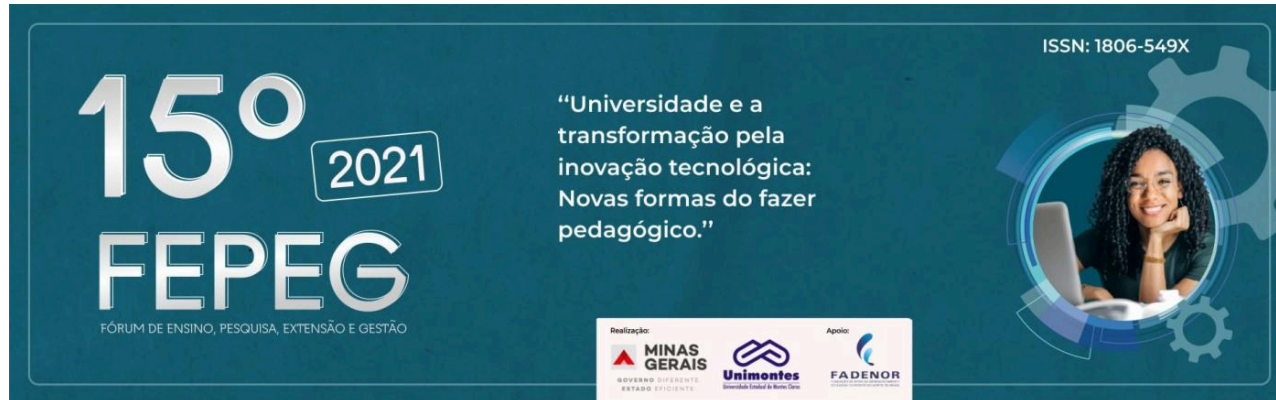




AUTOR(ES): NATÁLIA ANTÔNIA MARTINS ALVES e DANIELE PEREIRA LOMES.

ORIENTADOR(A): HERBERT ALCÂNTARA FERREIRA

CORONAVÍRUS E EDUCAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

RESUMO: A pandemia provocou grandes mudanças na organização social e o presente estudo tem o intuito de analisar os impactos na educação. Este resumo baseou-se em uma estratégia quantitativa, tem caráter exploratório e descritivo na busca de informações por meio de levantamento de dados, pesquisa bibliográfica e códigos. O posicionamento negligente do Governo brasileiro no enfrentamento a COVID-19 acerca do setor educacional apresentou resultados insatisfatórios, sobretudo, devido à tentativa de aplicar o Ensino a Distância (EAD) a qualquer custo. Segundo o artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ministra-se o ensino baseado nos princípios de igualdade de condições de acesso e permanência. Contudo, o cenário nacional de profunda desigualdade inviabiliza o pleno ou total acesso aos meios tecnológicos bem como às plataformas virtuais. Nesse sentido, a evasão escolar em massa paralela ao aumento do trabalho infantil são consequências diretas do fechamento das instituições de ensino. De acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), mais de 4 milhões de crianças e adolescentes, sobretudo, pertencentes a grupos minoritários, embora matriculados, não tiveram nenhum acesso à educação em 2020. Ademais, um levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) observou que as regiões mais afetadas coincidentemente são as que apresentam maiores vulnerabilidades econômicas – Norte e Nordeste. O “Todos pela Educação” em análise a Lei Orçamentária Anual (LOA), constatou que o orçamento inicial do Ministério da Educação (MEC) previa para 2020 investimentos em torno de R\$48,2 bilhões, mas os gastos se limitaram a R\$32,5 bilhões, o menor valor já registrado em uma década. O orçamento para 2021, em valores nominais, é expressivamente maior que o de 2020, somando R\$142,9 bilhões, porém se trata de um aumento obrigatório, mais que necessário, voltado às redes de ensino mais carentes em detrimento das demais. Analisando a Lei de Acesso à Informação (LAI), comprovou-se também que o presidente reduziu cerca de 20% de recursos do setor, bloqueando R\$2,7 bilhões. Após mais de um ano de crise sanitária, o país ainda não conseguiu retornar às atividades presenciais, demonstrando despreparo em administrar conflitos de tamanha proporção. Dessa forma, urge que o Estado reconheça seu papel de consolidar a educação como instrumento de proteção social e não como financiador da mercantilização desse direito fundamental.